



Organizações & Sociedade

ISSN: 1413-585X

revistaoes@ufba.br

Universidade Federal da Bahia
Brasil

Diniz Pereira, Breno A.; Wottrich, Vanessa H.; Dalmoro, Marlon; Cardona Venturini, Jonas
A COMUNICAÇÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL (RSE) NA
SUÉCIA, TAILÂNDIA E BRASIL: UMA ABORDAGEM COMPARATIVA EM EMPRESAS
DE CONSTRUÇÃO CIVIL

Organizações & Sociedade, vol. 17, núm. 55, outubro-diciembre, 2010, pp. 621-639
Universidade Federal da Bahia
Salvador, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=400638357004>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

A COMUNICAÇÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL (RSE) NA SUÉCIA, TAILÂNDIA E BRASIL: UMA ABORDAGEM COMPARATIVA EM EMPRESAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL

Breno A. Diniz Pereira*
Vanessa H. Wottrich**
Marlon Dalmoro***
Jonas Cardona Venturini****

Resumo

A Responsabilidade Social Empresarial (RSE) tem recebido crescente atenção, tanto na área acadêmica como corporativa. As empresas, geralmente, definem sua abordagem de RSE sob diferentes visões, sendo influenciadas por distintos fatores em nível regional, industrial, nacional e empresarial. O presente estudo tem como objetivo identificar como as maiores empresas da indústria de construção civil da Suécia, Tailândia e Brasil se apresentam em termos de Responsabilidade Social Empresarial. A pesquisa foi realizada mediante a análise de documentos organizacionais provenientes das maiores empresas de construção civil dos países mencionados. Para coleta de dados, utilizou-se o modelo proposto por Silberhorn e Warren (2007) que inclui princípios motivadores da RSE, processos de RSE e questões relacionadas a *Stakeholders*. Os resultados sugerem que as motivações corporativas para a RSE são direcionadas predominantemente por valores, o que indica que a RSE tem se tornado um tema estratégico inserido nos valores corporativos. Observou-se uma distinção entre as empresas dos três países. As empresas suecas possuem foco na perspectiva ambiental, as tailandesas na perspectiva econômica por meio da governança corporativa e *accountability*, enquanto que as empresas brasileiras focam uma perspectiva social.

Palavras-chave: Responsabilidade Social Empresarial (RSE). Construção civil. Suécia. Tailândia. Brasil.

*Corporate Social Responsibility Communication in Sweden, Thailand and Brazil:
a comparative approach in companies of the construction industry sector*

Abstract

Corporate social responsibility (CSR) has recently been the subject of increased attention, both in the academic and the corporate arena. In practice, corporations define their approach to CSR by using their own lenses which are influenced by factors at regional, national, industrial and corporate levels. This study aims to identify how the largest companies in the construction industry in Sweden, Thailand and Brazil present themselves in terms of CSR. The research was carried out through the analysis of organizational documents from these companies. The model proposed by Silberhorn and Warren (2007) was used for data collection purposes, including CSR Principles, Processes and Stakeholder Issues. Results suggest a predominant CSR value-driven approach, which might indicate that CSR has come a long way from its early roots of charity to become a strategic business practice inserted in corporate values. We observed a distinction between companies in each country analyzed. Swedish companies have a focus in the environmental perspective, Thai companies on an economic perspective through governance and accountability, while Brazilian companies focus on a social perspective.

Keywords: Corporate Social Responsibility (CSR). Construction industry. Sweden. Thailand. Brazil.

**Doutor em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – EAUFRGS. Professor do Programa de Pós-Graduação em Administração e do Departamento de Ciências Administrativas da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Endereço: Rua Floriano Peixoto, 1184, s/502. Santa Maria/RS. CEP: 97015-372. E-mail: professorbreno@terra.com.br*

***Mestre em Administração pela UFSM. E-mail: vwottrich@hotmail.com*

****Doutorando em Administração pela UFRGS. E-mail: mdalmoro@ea.ufrgs.br*

*****Doutorando em Administração pela UFRGS. E-mail: jonasventurini@yahoo.com.br*

Introdução

As preocupações com as questões sociais e ambientais ocupam lugar de destaque na contemporaneidade, resultando numa proliferação mundial de iniciativas e conceitos de Responsabilidade Social Empresarial - RSE (CARRIERI; SILVA; PIMENTEL, 2009; FARIA; SAUERBRONN, 2008). Em 2000, as Nações Unidas iniciaram um programa de suporte social e ambiental chamado *Global Compact*, com o objetivo de fomentar a cooperação internacional entre empresas privadas, as Nações Unidas e o público em geral (GLOBAL COMPACT, 2010). Por outro lado, em 2002, a Comissão Européia emitiu seu primeiro comunicado relacionado à Responsabilidade Social Empresarial que incluía a definição de RSE, os fundamentos para um Fórum Europeu de Responsabilidade Social direcionado a múltiplos públicos e, também, como a RSE está relacionada a outras políticas européias específicas (CSR EUROPE, 2010).

A RSE tornou-se um tema recorrente no âmbito das organizações ao longo da última década. Esse movimento se caracteriza por uma proposta de retomada das questões éticas tanto no âmbito interno das organizações, no relacionamento com *stakeholders*, bem como no âmbito acadêmico (SOARES, 2004). A inclusão de estratégia de RSE tem atingido as mais diversas organizações e a cadeia que esta participa (BARIN CRUZ; BOEHE, 2008; SCHROEDER; SCHROEDER, 2004; FARIA; SAUERBRONN, 2008).

De acordo com Fox (2004), as expectativas dos diversos *stakeholders* têm um papel importante como influenciadoras da abordagem corporativa à Responsabilidade Social. No entanto, o atendimento às exigências de *stakeholders* pode ser considerado apenas uma contribuição básica da adoção de práticas de gestão socialmente responsáveis. A RSE pode, também, auxiliar empresas na busca por recursos financeiros (por exemplo, as instituições financeiras que adotaram os princípios presentes no "*The Equator Principles*" colocam questões sociais e ambientais como principais para o financiamento de projetos (FRESHFIELDS, 2006).

O que se verifica é que empresas apresentam diversas motivações que influenciam as decisões de implementação da RSE, e tais motivações variam de empresa para empresa. A Indústria da Construção Civil é uma das muitas que adotam práticas de responsabilidade social, e hoje é reconhecida como um dos mais importantes setores industriais do mundo, representando dentre cinco e sete por cento do produto interno bruto na maioria dos países (KENNY, 2007). Portanto, a RSE tende a ocupar um lugar de destaque nas operações de tais empresas. Apesar deste fato, a indústria de construção civil tem recebido pouca atenção de pesquisadores em RSE, cujo foco de trabalho está, geralmente, em setores reconhecidos como problemáticos em questões ambientais.

Embora as empresas estejam adotando crescentemente práticas de RSE e esperando ser reconhecidas como socialmente responsáveis por seus *stakeholders*, é importante enfatizar que aquilo que é considerado certo e justo em um determinado contexto pode não ser visto da mesma forma em outros contextos (CARLISLE; FAULKNER, 2004). Apesar da pressão crescente sentida pelas corporações para que elas assumam um papel mais explícito no bem-estar da sociedade, existem poucas pesquisas acadêmicas voltadas à identificação de como empresas de diferentes regiões geográficas abordam a RSE (BAUGHN *et al.*, 2007; MIGNAN; RALSTON, 2002). Torna-se, portanto, relevante investigar a RSE em uma perspectiva transnacional, e a indústria da construção civil torna-se um setor relevante a ser explorado, devido ao seu impacto econômico global e às diversas questões de responsabilidade social que têm origem na natureza da indústria.

Diante deste contexto, o presente trabalho tem como objetivo desenvolver uma compreensão mais profunda acerca das abordagens de RSE das maiores empresas de construção civil da Suécia, Tailândia e Brasil, concentrando-se em fatores subjetivos tais como os comportamentos e motivações das empresas estudadas.

As partes que seguem esta introdução buscam responder a tal objetivo. Inicialmente, será apresentado um referencial teórico sobre responsabilidade so-

cial empresarial, seguido dos procedimentos metodológicos. Posteriormente, é descrito o setor da construção civil nos três países estudados, bem como apresentados os resultados. Por fim, são discutidas as considerações finais.

A Responsabilidade Social Empresarial (RSE)

Durante as últimas décadas, a Responsabilidade Social Empresarial (RSE) evoluiu de uma noção restrita a um conceito complexo com múltiplas facetas que, crescentemente, ocupa um lugar central no processo decisório corporativo. Ao realizar uma revisão da literatura existente na área de RSE, alguns poucos autores emergem como principais teóricos; no entanto, a diversidade de definições e estudos trazidos por tais autores demonstram que, ainda, não existe um entendimento comum sobre como o tema deve ser definido (DAHLSTRUD, 2006; LANTOS, 2001; SASSE; TRAHAN, 2007). No cenário brasileiro, Faria e Sauerbronn (2008) destacam a necessidade de debater as abordagens sobre RSE, visto a relevância do tema no cenário nacional.

A primeira publicação sobre o tema foi desenvolvida por Bowen (1953), quando este afirma que a indústria tem a obrigação de adotar políticas, tomar decisões ou seguir as linhas de ação que são desejáveis em termos dos objetivos e valores da sociedade. Wood (1991) expandiu as idéias propostas por Bowen (1953) sugerindo três princípios direcionadores da RSE: (1) Empresas são instituições sociais e, portanto, são obrigadas a utilizar seu poder de forma responsável; (2) Empresas são responsáveis pelos resultados de seu envolvimento com a sociedade; e (3) Administradores são também agentes morais que devem exercitar a prudência no processo de tomada de decisão. Opondo a essa visão, Friedman (1970) afirma que as empresas possuem apenas uma responsabilidade social que é a maximização do lucro de seus proprietários. De acordo com esse modelo econômico, um administrador que utiliza os recursos da organização para outros fins que não a geração do lucro estaria obstruindo a eficiência econômica e impondo um "imposto ilegal" sobre a organização. Alguns estudiosos como Frederick *et al.* (1992), Freeman (1984) e Lodge (1977) contradizem a visão econômica proposta por Friedman (1970) ao afirmarem que a especialização de papéis não está funcionando como o modelo econômico. Isso acontece devido à separação entre a propriedade e a administração dos negócios, a ascensão de oligopólios e as interações e influências de governos e da sociedade. De acordo com esse grupo de autores, as empresas não deveriam ser vistas apenas como instituições privadas, mas, sim, como instituições sociais. Desta forma, empresas devem ser responsabilizadas por quaisquer de suas ações que afetem pessoas, comunidades e o meio-ambiente.

Freeman (1984) desenvolveu a abordagem dos *stakeholders*, focando a empresa e suas responsabilidades por meio da análise dos vários grupos que possuem interesses legítimos na empresa. O autor afirma que as empresas não são administradas somente de acordo com os interesses dos seus acionistas, mas também de seus *stakeholders*, que são definidos como "qualquer grupo que possa afetar ou ser afetado pelo alcance dos objetivos organizacionais" (FREEMAN, 1984, p.46).

Alinhado com o entendimento acerca do papel dos *stakeholders*, Lozano (1999) destaca o papel da ética nos negócios. Para o autor, a responsabilidade social empresarial constitui-se numa dimensão da *business ethics* - BE. Contudo, esta dimensão está baseada na relação com os *stakeholders*, considerados afetados, implicados ou interessados nas atividades da organização.

Também em oposição ao modelo econômico, Elkington (1999) criou o termo "*Triple Bottom Line*" (TBL) ou "tripé da sustentabilidade" para representar a idéia que organizações não possuem como único objetivo a adição de valor econômico, mas também objetivam adicionar valor social e ambiental, como forma de alcançar a sustentabilidade. O tripé da sustentabilidade é formado pelos seguintes conceitos (CRANE; MATTEN, 2004):

- *Perspectiva Ambiental*. Refere-se à administração efetiva de recursos físicos de forma que eles sejam conservados para o futuro, e sugere a necessidade de abordar certos problemas administrativos críticos, tais como o impacto da industrialização na biodiversidade, o uso contínuo de recursos não renováveis como o óleo e o aço, assim como a produção de poluentes ambientais danosos.

- *Perspectiva Econômica*. O conceito de sustentabilidade econômica inclui a performance econômica da organização em si e, também, as atitudes da empresas e o impacto das mesmas no sistema econômico em que está inserida.

- *Perspectiva Social*. Inclui a questão da justiça social, com o objetivo de desenvolver um mundo mais justo, seja em relação a: clientes, trabalhadores, homens e mulheres. Tal perspectiva da sustentabilidade é, relativamente, nova e emergiu na década de noventa.

Um dos modelos de RSE mais difundido na área foi criado por Carroll (1979) e aprimorado em publicações posteriores (CARROLL, 2000; CARROLL; BUCHHOLTZ, 2000). De acordo com o autor, as empresas possuem quatro responsabilidades ou "quatro faces" a serem preenchidas para que se tornem boas cidadãs corporativas: econômica, legal, ética e filantrópica ou discricionária. No entanto, em 2003, Schwartz e Carroll publicaram um artigo apontando falhas no modelo anterior proposto por Carroll. Para eles, o modelo em forma de pirâmide era confuso e inapropriado para algumas aplicações.

Para superar as limitações do modelo de Carroll (1979), Schwartz e Carroll (2003) propõem um novo modelo de RSE composto por três áreas de responsabilidade: econômica, legal e ética. No modelo, as três áreas são dispostas em um diagrama de Venn e se amplia em sete categorias intituladas: puramente econômica, puramente legal, puramente ética, econômico-ética, econômico-legal, legal-ética e econômico-legal-ética, que resultam da sobreposição das três dimensões principais. Nenhuma das três dimensões centrais (a econômica, legal, ou ética) deve ser considerada como mais importante ou significativa se comparada com as outras.

Como restrição ao modelo, Schwartz e Carroll (2003) ressaltam a possibilidade de identificar outras dimensões na intersecção das três áreas do modelo. Os autores ressaltam que as ações socialmente responsáveis praticadas pelas empresas, raramente, são classificadas em apenas uma das dimensões, uma vez que existe um entrelaçamento das dimensões puramente econômica, legal e ética. A dimensão filantrópica estaria subjacente às dimensões econômica e ética, dependendo da motivação da empresa.

Com o objetivo de colocar seus princípios motivacionais de RSE em prática, empresas fazem uso de processos, procedimentos ou ferramentas. Wood (1991) menciona três tipos de processos de RSE utilizados por empresas: gestão ambiental, gestão de problemas e gestão de *stakeholders*. Maignan e Ralston (2002) identificaram processos que são mais estreitos em escopo e ligados a atividades específicas desenvolvidas por empresas, como afirmado nas suas páginas da *web*: programas filantrópicos, financiamentos, voluntariado, código de ética, programas de qualidade, programas de saúde e segurança e administração de impactos ambientais. Silberhorn e Warren (2007) somaram outros processos a estes, chamados comunicação e engajamento de *stakeholders*, operação do negócio, governança empresarial e conformidade com a lei, processos de recursos humanos, administração de risco, administração de cadeia de suprimentos, envolvimento de colaboradores na comunidade e *benchmarking* corporativo.

Ao adotar práticas de RSE, empresas abordam diferentes *stakeholders*. Alguns autores investigaram quais *stakeholders* foram abordados em comunicações administrativas de RSE, mencionando a comunidade, consumidores, empregados, acionistas e fornecedores como os grupos principais (MAIGNAN; RALSTON, 2002; SILBERHORN; WARREN, 2007). A abordagem dos *stakeholders* proposta por Freeman (1984) sugere que a variação destes pode diferir de empresa para empresa e, até, na mesma empresa em situações, tarefas ou projetos diferentes. Na medida em que não é possível identificar um grupo relevante para uma dada empresa em dada situação, Crane e Matten (2004) propõem uma representação de *stakeholders*, que inclui acionistas, governo, competidores, consumidores, empregados, sociedade ci-

vil e fornecedores. Os autores oferecem uma definição mais precisa do que a proposta por Freeman (1984), sustentando que *stakeholders* é um indivíduo ou grupo que (a) é prejudicado por, ou beneficia-se da empresa; ou (b) cujos direitos podem ser violados ou devem ser respeitados pela empresa (CRANE; MATTEN, 2004).

Por fim, destacam-se os princípios motivadores da RSE. Para Silberhorn e Warren (2007) e Maignan e Ralston (2002), esses princípios são direcionados por (a) valores - quando a RSE é apresentada como parte da estratégia, cultura e valores corporativos; (b) performance - a RSE é apresentada como parte da missão econômica da empresa, como um instrumento para aprimorar sua performance financeira ou posicionamento competitivo; e (c) *stakeholders* - a RSE é apresentada como resposta às pressões e solicitações de um ou mais grupos de *stakeholders*.

Método de Trabalho

Visando atingir o objetivo de desenvolver uma compreensão mais profunda acerca das abordagens de RSE divulgadas pelas maiores empresas de construção civil da Suécia, Tailândia e Brasil, o presente estudo faz uso de uma abordagem qualitativa por meio de um estudo de multicase. Destaca-se que o estudo concentra-se em fatores subjetivos, tais como os comportamentos e motivações, a partir da perspectiva comunicada pelas próprias empresas.

No caso de pesquisas de RSE, algumas especificidades ou barreiras podem reduzir a confiabilidade da coleta de dados. Neste caso, a utilização de entrevistas pode não ser a forma de coleta de dados mais indicada, visto que os respondentes tendem a expressar atitudes proativas que estão, obviamente, ligadas ao desejo de conservar uma boa imagem pública (SALZMANN *et al.*, 2005). Desta forma, optou-se em focar nas práticas de RSE divulgadas pelas empresas por meio da análise de comunicações corporativas.

A exposição da comunicação empresarial pode ser considerada a expressão mais direta dos discursos relacionados à RSE, por meio da qual os *stakeholders* percebem a identidade, a imagem e a reputação da empresa (PERRINI, 2005; THOMAZ; BRITO, 2010). Um dos meios mais utilizados por empresas para expor informações sobre as suas atividades de RSE são os seus *websites* corporativos. Os *websites* corporativos podem ser considerados uma fonte importante de informação, pois: (1) eles são canais comuns pelos quais empresas de grande porte comunicam perspectivas de RSE aos seus *stakeholders* (SNIDER *et al.*, 2003); (2) eles são direcionados a uma variedade de *stakeholders*, oferecendo, portanto, uma perspectiva completa desse tópico (ESROCK; LEICHTY, 1998); (3) seu conteúdo não é ditado por regulamentações governamentais, como acontece com os relatórios anuais (MAIGNAN, RALSTON, 2002); e (4) os *websites* fornecem uma variedade de documentos organizacionais como relatórios, *releases*, políticas corporativas, que são fontes importantes na demonstração de como as empresas abordam a RSE.

Tendo em vista a realização deste estudo, as maiores empresas da indústria de construção civil da Suécia, Tailândia e Brasil foram selecionadas de forma intencional. Foram utilizados diferentes *rankings* locais, procedendo à exclusão de empresas que não forneciam informação atualizada sobre questões de RSE em seus *websites*. Para seleção das empresas suecas, foi utilizada a classificação baseada no faturamento das empresas fornecida pela Federação Sueca da Construção (BI, 2009) que indica quatro empresas que dominam o mercado sueco, contabilizando juntas 74% do faturamento total das empresas do setor.

Para seleção de empresas tailandesas, foi utilizado o ranking em termos de participação de mercado fornecido pela Bolsa de Valores da Tailândia (KASIKORN SECURITIES, 2009), que indica três empresas líderes no mercado, as quais representam 69,8% do mercado de construção da Tailândia. Para seleção de empresas brasileiras, foi utilizada a classificação da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC, 2009), que indica as cinquenta maiores empresas do país de acordo com a receita bruta. As primeiras seis empresas da lista somam 46% da receita

bruta total do grupo e, portanto, lideram o mercado no Brasil. Uma das seis empresas brasileiras não fornecia informação atualizada no *website* e não foi, portanto, selecionada para a análise posterior.

Já que a maioria dos estudos que abordaram as perspectivas corporativas da RSE estiveram focados nas diferenças entre países europeus ou entre a Europa e a América do Norte (FALCK; HEBLICH, 2007), procurou-se enriquecer a análise a partir da comparação de diferentes regiões do globo. A Suécia, Tailândia e Brasil foram selecionados por pertencerem a regiões geográficas bastante diferentes (Escandinávia, Sudeste Asiático e América Latina), trazendo, portanto, perspectivas diversas na abordagem de RSE. A pesquisa foi realizada no idioma inglês e sempre que possível no idioma nativo de cada país, através do auxílio de dois pesquisadores provenientes da Tailândia e Suécia. O Quadro 01 apresenta uma descrição das empresas analisadas.

Quadro 01 – Empresas Analisadas na Suécia, Tailândia e Brasil

Empresa	Regiões de operações	Número de empregados	Faturamento (milhões de USD)	Ano de fundação
Suécia				
Skanska (www.skanska.com)	América do Sul e do Norte Europa	56.000	13.157	1887
NCC (www.ncc.se)	Escandinávia	22.000	5.825	1875
PEAB (www.peab.com)	Escandinávia	12.655	3.611	1959
JM (www.jm.se)	Escandinávia e Bélgica	2.200	1.083	1945
Tailândia				
Ch Kamchang (CK) (www.ch-kamchang.co.th)	Ásia	5.061	920	1972
Sino-Thai Engineering and Construction (STECON) (www.stecon.co.th)	Ásia e Austrália	958	512	1962
Italian-Thai Development (ITD) (www.itd.co.th)	Ásia	30.686	2.290	1958
Brasil				
Norberto Odebrecht (www.odebrecht.com)	Américas África Europa e Oriente Médio	31.757	2.043	1944
Andrade Gutierrez (www.andradegutierrez.com.br)	América Latina Europa Ásia e África	6.629	1.552	1948
Camargo Corrêa (www.camargocorrea.com.br)	América do Sul e África	9.080	1.866	1939
Queiroz Galvão www.queirozgalvao.com	América do Sul e África	9.305	1.172	1953
Construtora OAS (www.oas.com.br)	América do Sul	10.198	790	1976

Fonte: adaptado de BI (2009), CBIC (2009) e *websites* das empresas.

A coleta de dados foi realizada mediante a análise e codificação de declarações de RSE presentes nos documentos organizacionais de doze empresas e disponibilizadas através dos seus *websites*. Foram analisadas as seções que se referiam claramente à relação da empresa com seus *stakeholders*, assim como aos processos de RSE. Os relatórios anuais, códigos de conduta, relatórios financeiros e documentos relativos a políticas corporativas disponibilizados pelas empresas foram, também, examinados em detalhe. Portanto, a coleta de dados foi realizada não apenas no conteúdo proveniente diretamente dos *websites*, mas também através da documentação relevante disponibilizada pelas empresas.

O esquema de codificação para análise dos documentos organizacionais foi desenvolvido a partir de uma conceitualização prévia proposta por Silberhorn e Warren (2007). O modelo proposto pelos autores para coleta de dados foi um aprimoramento do modelo de codificação originalmente utilizado por Maignan e Ralston (2002). Tal modelo está dividido em três grandes grupos: princípios de RSE, processos de RSE e questões relacionadas a *stakeholders*. Tendo em vista que essa codificação foi aplicada a várias indústrias no trabalho dos autores mencionados, algumas categorias não foram consideradas adequadas para uma abordagem restrita à indústria de construção civil, e foram, portanto, removidas do modelo. De forma similar, outras categorias foram adicionadas para obtenção de uma visão mais completa sobre as questões de RSE. Tais modificações foram realizadas a partir de interações com os autores Silberhorn e Warren (2007) para esclarecimento de questões específicas relativas ao modelo. O Quadro 2 contém uma visão geral do modelo para codificação já adaptado para utilização nesta pesquisa.

Quadro 2 – Categorização das Perspectivas de RSE

Perspectiva	Indicador
PRINCÍPIOS MOTIVADORES DA RSE	<ol style="list-style-type: none"> 1. RSE direcionada por valores 2. RSE direcionada pela performance 3. RSE direcionada pelos <i>stakeholders</i>
PROCESSOS DE RSE	<ol style="list-style-type: none"> 1. Engajamento e comunicação com a comunidade 2. Administração do impacto ambiental 3. Código de ética ou de conduta 4. Programas filantrópicos 5. Operações de negócio 6. Governança corporativa e conformidade com a lei 7. Processos de recursos humanos 8. Gestão de riscos 9. Programas de saúde e segurança 10. Gestão da cadeia de suprimentos 11. Envolvimento de colaboradores na comunidade 12. Patrocínios 13. Programas de qualidade 14. Relatórios de RSE 15. Atividades internacionais de RSE 16. Políticas anticorrupção 17. Organização independente de RSE
QUESTÕES RELACIONADAS A <i>STAKEHOLDERS</i>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Comunidade 2. Clientes 3. Colaboradores 4. Acionistas e investidores 5. Fornecedores 6. Concorrentes
TEMAS ADICIONAIS DE RSE	A empresa enfatiza termos de " <i>accountability</i> ", " <i>sustentabilidade</i> " e " <i>transparência</i> " como parte de sua abordagem a RSE.

Fonte: adaptado de SILBERHORN e WARREN (2007).

Após a categorização das informações, realizou-se uma análise da frequência das declarações em cada categoria, buscando explorar semelhanças e diferenças entre países, assim como as relações entre as frequências encontradas e as características organizacionais. A condução das análises contou com o auxílio da técnica de análise de conteúdo, seguindo as orientações de Bardin (1977).

A internet representa hoje uma fonte valiosa de dados; porém, é necessário levar em conta que a qualidade e integridade dos documentos disponíveis na web apresentam grandes variações (BERG, 2004). Com o objetivo de assegurar a qualidade e integridade dos dados obtidos, a presente pesquisa explorou dados secundários representados por documentos organizacionais oficiais emitidos pelas empresas pesquisadas, tais como relatórios anuais, políticas organizacionais e relatórios de RSE.

Considerando que a fonte de dados principal neste estudo são documentos organizacionais, a informação pesquisada foi limitada ao que é divulgado pelas empresas através desses meios. Dessa forma, não se tem o intuito de avaliar as práticas apontadas pelas empresas. De qualquer forma, ao ponderar o objetivo da pesquisa e a relevância das comunicações corporativas na representação de crenças e comportamentos de RSE, acredita-se que os dados obtidos forneçam informações suficientes e relevantes para o alcance dos objetivos e uma visão sobre a natureza e as diferenças/semelhanças da abordagem de RSE em diferentes países. Vale ressaltar que este trabalho não visa julgar a legitimidade das atividades relacionadas a RSE, mas sim analisar as atividades divulgadas pelos *websites* das empresas. Portanto, ressalta-se que a limitação de dados não deve influenciar negativamente os resultados da pesquisa.

A Indústria da Construção Civil

A indústria da construção é considerada uma das indústrias mais importantes no mundo. Em termos de relevância econômica, ela representa um terço de formação de capital bruto em todo o mundo, somando entre cinco a sete por cento do PIB na maioria dos países (KENNY, 2007). Atualmente, a indústria internacional da construção está dominada por poucas empresas de grande porte, tais como Bechtel, Skanska AB e Taisei Corporation, que são ativas tanto em suas regiões originais, quanto em países em desenvolvimento (DATAMONITOR, 2009).

A indústria da construção tende a ter uma reputação de baixa qualidade e serviço, e um histórico de quebra de promessas contratuais (WOOD *et al.*, 2002). A indústria é responsável por, aproximadamente, 17% por cento de acidentes fatais ou 60.000 mortes por ano, mundialmente (KENNY, 2007). Na medida em que a indústria envolve processos de produção complexos e despadronizados que estimulam informações assimétricas entre clientes e fornecedores e em função das suas muitas ligações estreitas com o governo, não é surpresa que a construção seja, frequentemente, considerada como uma das indústrias mais corruptas mundialmente (KENNY, 2007; GRAAFLAND, 2004).

Em algumas grandes empresas de construção, integrar responsabilidade social empresarial às estratégias da empresa parece ser uma solução para esses problemas, e são muitas vezes direcionadas para melhorar a sua reputação (WENBLAD, 2001; GRAAFLAND, 2004). Contudo, alguns autores enfatizam a importância de sistemas nacionais e regionais nos quais as empresas estão inseridas como influenciadores das práticas de RSE (BAUGHN *et al.*, 2007; WELFORD, 2004). Assim, torna-se essencial estudar a natureza e estrutura da indústria de construção local, objetivando avaliar as atividades realizadas e o contexto no qual as atividades de RSE estão inseridas (TOOR; OGUNLANA, 2007).

A seguir, uma breve descrição do contexto da indústria de construção civil na Suécia, Tailândia e no Brasil é apresentado, visando facilitar o entendimento sobre a realidade da indústria de cada país e o contexto no qual as práticas de RSE estão inseridas.

A indústria da construção civil na Suécia

A indústria da construção é um dos maiores componentes da economia sueca. Na última década, um pequeno número de grandes empresas, tais como Skanska, NCC, Peab e JIM têm dominado o mercado sueco em todos os segmentos da construção (BI, 2009). Além disso, elas têm expandido suas atividades internacionais significativamente.

Com relação a leis de construção, o nível das regulamentações suecas é rigoroso e complexo (DATAMONITOR, 2009). O governo e a comunidade acreditam que a alta qualidade das construções é importante, já que o contrário não é apenas custoso para o proprietário, mas também potencialmente desastroso para a

comunidade (BI, 2009). Recentemente, com o objetivo de tornar-se sustentável em longo prazo, o consumo eficiente de energia é uma das diretrizes que empresas de construção precisam seguir. Somado a isso, todas as grandes empresas de construção suecas têm considerado o meio-ambiente como um tema estratégico desde 1995 (WENBLAD, 2001).

A indústria da construção civil na Tailândia

De acordo com EIU (2009), o setor de construção na Tailândia passou por uma crise financeira em 1997, sofrendo quatro anos de contração até 2000. Contudo, na última década, o setor vem se recuperando, o que levou a uma consolidação considerável na indústria. Destaca-se que as organizações de construção privadas na Tailândia são, principalmente, empreendimentos conjuntos com empresas estrangeiras (EIU, 2009; AUSTRADE, 2009).

De acordo com AUSTRADE (2009), a Italian-Thai Development (ITD), Ch Karnchang e Sino-Thai Engineering and Construction (STECON) são as três maiores empresas atuando na Tailândia. Com relação às regulamentações que influenciam a indústria de construção na Tailândia, há principalmente dois grupos: *Code of Design and Building and Factory* e *Code of Construction*. Contudo, na realidade, a gestão da segurança é observada apenas em grandes empresas. Assim, vale mencionar que a maioria das empresas tailandesas indica preocupação limitada com atividades de RSE (KRAISORNSUTHASINEE; SWIERCZEK, 2006).

A indústria da construção civil no Brasil

O macro setor de construção brasileiro representou 5,1% do PIB do país em 2008 (IBGE, 2010a) e emprega cerca de 7,8% da mão-de-obra ativa no Brasil (IBGE, 2010b). Normalmente, trabalhadores na indústria de construção no Brasil têm um nível educacional mais baixo do que a média nacional (ILO, 2001). A indústria de construção no Brasil vem crescendo rapidamente devido a fortes investimentos do governo por meio do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC e crescimento da economia (BUSINESS MONITOR, 2009).

De acordo com a CBIC (2009), Norberto Odebrecht, Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Queiroz Galvão e Construtora OAS são consideradas as maiores empresas de construção do país e são atores-chave na indústria de construção do Brasil. A maior parte das empresas são dominantes no mercado doméstico e estão, também, expandindo suas ações no mercado internacional.

Análise dos Resultados

Para discutir os resultados obtidos e as principais diferenças/semelhanças entre os países, cada perspectiva de RSE (princípios, processos, questões relacionadas a *stakeholders* e temas adicionais de RSE) será analisada separadamente.

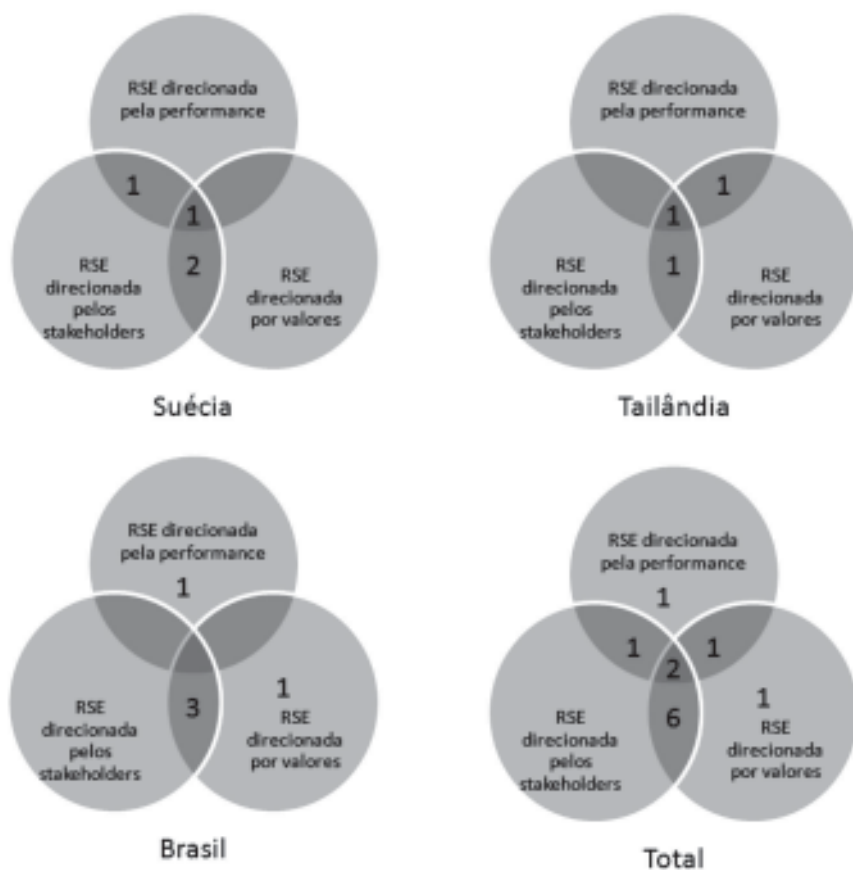
Princípios motivadores da RSE

Os três países apresentam diferentes perfis com relação aos princípios motivadores de processos de RSE. Como mostra a Figura 1, metade das empresas estudadas apresenta sua abordagem de RSE como uma combinação de direcionamento por valores e direcionamento pelos *stakeholders*, enquanto que as empresas restantes apresentam outras motivações.

Os resultados demonstram que o princípio motivador primário da RSE indicado pelas empresas em cada país é claramente delineado pelo direcionamento por valores. Todas as empresas tailandesas e suecas apresentam uma combinação de motivações, enquanto duas empresas brasileiras apresentam atividades de RSE como apenas direcionadas pelo desempenho e por valores.

Embora a amostra utilizada no presente estudo seja pequena e os resultados não possam ser generalizados para todas as empresas dos países estudados, pode ser inferido que a noção de RSE tem se desenvolvido a partir de perspectivas legais e econômicas, na base do modelo proposto por Schwartz e Carroll (2003). Observa-se que, nas empresas analisadas, a RSE centra-se na intersecção das três áreas principais – econômica, legal e ética. A RSE parece ter se afastado de suas raízes iniciais de caridade, tornando-se uma prática estratégica inserida nos valores corporativos.

Figura 1 – Perfis dos Princípios Motivadores da RSE por País



A teoria do *stakeholder* proposta por Freeman (1984), também, é refletida na forma com que a RSE é abordada pela maioria das empresas, já que os processos de RSE têm como alvo diferentes grupos de *stakeholders*. O conceito de "triple bottom line" (TBL) ou tripé da sustentabilidade proposto por Elkington (1999), para representar a idéia de que negócios objetivam adicionar valor social e ambiental, está presente na maioria das empresas, por meio de uma ampla gama de projetos de RSE apresentados. De fato, a RSE e negócios parecem convergir no que é freqüentemente apresentado como estratégia sustentável de negócios.

Quando se analisa a relação entre o faturamento das empresas estudadas e o princípio primário motivador da RSE, parece não haver relação direta entre eles. É possível inferir das empresas estudadas que seu tamanho em termos de receita não influencia a natureza das motivações subjacentes a processos de RSE. Estes resultados são consoantes a estudos prévios conduzidos por Silberhorn e Warren (2007) em países europeus.

Processos de RSE

Em termos dos processos abordados pelas empresas, foram identificadas diferenças transnacionais significativas, não apenas na natureza de atividades de RSE, mas também na ênfase conferida pelas empresas a certos processos. Há concordância nacional nos processos de "gestão do impacto ambiental", "governança corporativa e conformidade com a lei", "processos de recursos humanos", "programas de saúde e segurança" e "programas de qualidade", que foram mencionados por todas as empresas. Contudo, alguns processos foram abordados de formas diferentes em cada país.

A Governança Corporativa é utilizada em empresas tailandesas como o principal termo sob o qual práticas de RSE são justificadas e apresentadas, e é o processo mais enfatizado, com uma seção específica nos documentos empresariais referindo-se ao tema. Tais resultados são consoantes a descobertas anteriores de Kraisornsuthasinee e Swierczek (2006), os quais afirmam que a maior parte das empresas tailandesas percebe a RSE como vinculada à governança corporativa. Na Suécia, a governança corporativa é, também, fortemente enfatizada, mas é referida, de maneira geral, como parte do compromisso da empresa com a RSE. As empresas suecas, geralmente, oferecem uma seção específica em documentos organizacionais, mostrando conformidade ao Código Sueco de Governança Corporativa e explicando em detalhe como tais práticas de governança são implementadas, o que reflete a resposta das empresas ao grupo severo e complexo de regulamentações do país. No Brasil, a concordância com a lei é mais enfatizada do que a governança corporativa, e as empresas, na maioria das vezes, não oferecem seções específicas nos *sites* e documentos organizacionais sobre o assunto.

A Gestão do Impacto Ambiental é, também, abordada de formas diferentes nos três países. Na Suécia, esse processo é o mais enfatizado e as empresas oferecem informações detalhadas sobre regras ambientais para fornecedores e subcontratados, políticas e objetivos ambientais. A forte ênfase em assuntos ambientais na Suécia está de acordo com descobertas iniciais de Perrini (2005), Crane e Matten (2004) e Aaronson (2002). Tais autores afirmam que idéias corporativas de comportamento socialmente responsável, na Europa, estão ligadas à proteção do meio-ambiente, e as atividades filantrópicas são, em sua maior parte, implementadas compulsoriamente por meio da estrutura legal existente na União Européia. Em contraste, a gestão do impacto ambiental em empresas brasileiras e tailandesas parecem ser conduzidas de forma voluntária (atividades geralmente não são desenvolvidas para acatar regulamentações, pois as leis relacionadas a temas ambientais nesses países não são tão desenvolvidas e rígidas como na Suécia). As empresas brasileiras e tailandesas tendem a ser menos enfáticas na divulgação dos projetos do que as empresas suecas.

Quanto aos Processos de Recursos Humanos, a maior parte das empresas apresenta-se focada em aprendizado e crescimento, bem como políticas relacionadas à igualdade de oportunidades. Em termos de aprendizado e crescimento, as empresas brasileiras oferecem uma abordagem mais ampla por meio da inclusão de temas educacionais relacionados à saúde e qualidade de vida, tais como obesidade, tabagismo e doenças sexualmente transmissíveis (DSTs). Essa abordagem é consoante com descobertas iniciais de Peinado-Vara (2006) e Puppim de Oliveira (2006), que destacam a visão paternalista do setor privado na América Latina sobre seu papel na sociedade e o papel das empresas quanto ao preenchimento da lacuna deixada pelos governos. As empresas da Suécia, em contraste, enfatizam mais as políticas de igualdade de oportunidades do que as empresas tailandesas e brasileiras.

Com relação a Programas de Saúde e Segurança, as empresas nos três países parecem manter a mesma compreensão e abordagem. Todas elas apresentam programas formais de saúde e segurança e buscam certificações de qualidade, o que parece ser comum a empresas que trabalham nesse setor. As se-

semelhanças entre empresas suecas, tailandesas e brasileiras de grande porte estão de acordo com a observação de Snider *et al.* (2003), de que as empresas globais agem de maneira parecida em seu desenvolvimento e disseminação de mensagens de RSE. Tais semelhanças são, também, fortemente ligadas ao fato de que todas as empresas pertencem ao mesmo setor da indústria e, por isso, tendem a compartilhar uma característica comum que influencia atividades de RSE (SILBERHORN; WARREN, 2007).

Houve alguns processos que não foram frequentemente mencionados por todas as empresas, ou seja, as empresas nos três países demonstraram um acordo geral quanto a "programas filantrópicos", "gestão de riscos", "políticas anticorrupção" e "relatórios de RSE". É relevante perceber a natureza de relatórios de RSE disponíveis nas empresas, pois empresas tailandesas divulgam relatórios de governança corporativa, enquanto que as empresas brasileiras divulgam relatórios sociais focados no relato de todas as atividades de RSE desenvolvidas e as empresas suecas divulgam uma mistura de relatórios de sustentabilidade e governança corporativa.

As áreas de desacordo entre os países compreendem os processos que são mencionados com mais ênfase apenas em um ou dois dos países. Tais processos são "engajamento e comunicação com a comunidade", "código de ética ou conduta", "operações de negócios", "gestão da cadeia de suprimentos", "envolvimento dos colaboradores com a comunidade", "patrocínios" e "organização independente de RSE". O engajamento e comunicação com a comunidade são mencionados pela maioria das empresas brasileiras e tailandesas, mas em contraste apenas uma das empresas suecas aborda o tópico. Códigos de ética e processo de operações de negócios são mais frequentemente mencionados em empresas suecas e tailandesas do que em brasileiras.

A oferta de serviços socialmente responsáveis no portfólio não é uma prática comum na indústria de construção brasileira, já que as práticas de RSE no país são mais focadas em temas sociais (SCHMIDHEINY, 2006). É interessante perceber as diferenças nos serviços socialmente responsáveis oferecidos pelas empresas, pois empresas suecas oferecem projetos puramente ambientais, tais como construção eficiente em termos de energia e projetos ecologicamente desenhados; enquanto as empresas tailandesas e brasileiras oferecem serviços de restauração e reabilitação ambiental.

A Suécia é o único país cujas empresas mencionam processos de gestão de fornecimento e políticas anticorrupção como parte dos seus compromissos de RSE. Todas as empresas suecas apresentam sua preocupação em agir responsabilmente na cadeia de valores e influenciar parceiros, fornecedores e subcontratados; e esse aspecto parece ser fortemente ligado às preocupações ambientais, já que a maior parte das empresas objetivam influenciar a cadeia de valores a partir do estabelecimento de requisitos ambientais.

O Brasil é o único país cujas empresas mencionam o envolvimento de colaboradores na comunidade e o estabelecimento de uma organização de RSE independente, responsável por investimentos de RSE. De forma similar, os patrocínios são mencionados mais frequentemente por empresas brasileiras do que por empresas tailandesas e suecas.

Além de serem mais frequentemente mencionados, os patrocínios no Brasil são muito mais amplos em seus escopos, compreendendo iniciativas tais como qualificação profissional, geração de empregos e oportunidades de renda, preservação ambiental, arte, cultura e ações de cidadania que, na maioria das vezes, não são relacionadas à natureza dos negócios das empresas.

Apesar da área de concordância entre as nações, que surge parcialmente em função das características comuns do setor da indústria, o perfil dos processos de RSE mencionados pelas empresas diferiram significativamente de país para país, não apenas em termos de frequência, mas também em aspectos qualitativos. Em geral, os resultados sugerem que as empresas suecas estão mais focadas em temas ambientais, enquanto empresas tailandesas, em governança corporativa, e empresas brasileiras, em aspectos sociais, tais como patrocínios e processos de recursos humanos.

Questões relacionadas a stakeholders

Em geral, colaboradores e comunidade foram mais freqüentemente mencionados do que outros *stakeholders*. Como algumas das questões relacionadas a *stakeholders* estão, de forma direta, associadas a processos de RSE, como já mencionados, e, por vezes, interseccionam tais processos, é possível perceber semelhanças na maneira em que as questões e processos de *stakeholders* são abordados. Em geral, as conclusões já mencionadas a respeito dos processos de RSE podem ser estendidas a questões relacionadas a *stakeholders* abordadas pelas empresas.

De forma interessante, a preocupação com relação a políticas de tratamento igualitário para acionistas e investidores, criação de valor e provisão de informações relevantes e atualizadas foi abordada por todas as empresas suecas e tailandesas, mas não foi abordada por nenhuma empresa no Brasil. Isso pode ser explicado pela forte preocupação sobre Governança Corporativa em empresas tailandesas e suecas. Questões de responsabilidade relacionadas a fornecedores são, de maneira similar, mais freqüentemente mencionadas por empresas tailandesas e suecas, embora com abordagens diferentes. As empresas suecas mencionam melhorias da cadeia de valor ou com o bem-estar de empregados e fornecedores por meio de práticas responsáveis, enquanto que empresas brasileiras e tailandesas focam-se em comércio justo e transparência. Finalmente, temas de responsabilidade relacionados a concorrentes são mais freqüentemente discutidos por empresas tailandesas (geralmente sob práticas de governança corporativa) e seguem a mesma abordagem de concorrência justa e transparência nos três países.

Temas adicionais de RSE

Quanto aos temas “transparência”, “sustentabilidade” e “*accountability*”, o primeiro foi o tema mais mencionado, seguido dos demais, conforme a ordem de apresentação. A sustentabilidade é um tema freqüente em empresas suecas e parece suplantar a noção de RSE, o que está de acordo com a definição de RSE adotada pelo Banco Mundial e parece agrupar as dimensões de RSE mencionadas por Dahlsrud (2006). Em contraste, o termo sustentabilidade é abordado por empresas brasileiras em uma perspectiva mais estreita, que é o desenvolvimento sustentável de comunidades locais, e não é mencionado na Tailândia. Neste país, “*Accountability*” é mencionada por todas as empresas como um componente natural de boas práticas de governança corporativa, enquanto que na Suécia o tema recebeu pouca atenção e, no Brasil, não é mencionado por nenhuma das empresas.

Os resultados sugerem que a noção de temas de RSE relevantes difere, consideravelmente, entre países, dependendo do contexto no qual as empresas estão inseridas. Esses resultados também são parcialmente consoantes com os anteriores concernentes a processos de RSE e questões relativas a *stakeholders* abordadas, pois empresas tailandesas parecem enfatizar questões relativas a governança corporativa.

Considerações Finais

A RSE direcionada por valores é predominante nas empresas dos três países, o que pode indicar que a RSE tem se distanciado de suas raízes iniciais de caridade para tornar-se uma prática estratégica de negócio inserida em valores corporativos. Isso significa que as maiores empresas nos três países têm adotado uma noção ampla de RSE que está alinhada com a intersecção das três áreas, sem focar em modelos de RSE puros, conforme denominado por Schwartz e Carroll (2003). Os resultados, também, indicam um alinhamento com as idéias propostas por Freeman (1984) sobre a teoria dos *stakeholders* e de Elkington (1999), quanto

a abordagem “*triple bottom line*” (TBL). As empresas, geralmente, atingem um grupo extenso de *stakeholders* em sua abordagem de RSE e dão ênfase a temas ambientais, econômicos e sociais, embora alguns assuntos sejam mais enfatizados em um país do que em outros.

Embora muitas diferenças nacionais e transnacionais tenham surgido na forma com que as empresas comunicam temas de RSE, algumas considerações, tendo-se em conta apenas os casos estudados, podem ser realizadas a partir da análise previamente apresentada e levando em consideração os perfis de RSE nos três países. A primeira consideração pode ser feita quanto à forma com que as empresas apresentam suas atividades de RSE, isto é, o foco dado pelas empresas para a RSE em cada país. A Figura 2 mostra o perfil nacional que pode ser destacado pela análise dos resultados, e que delinea o estudo como um todo. As empresas suecas se apresentam fortemente focadas em temas ambientais e enfatizam a idéia de sustentabilidade, enquanto que as empresas tailandesas usam a governança corporativa para agruparem as atividades de RSE, denotando um foco de conformidade com a lei. As empresas brasileiras mostram alta preocupação por assuntos sociais, o que pode ser percebido na natureza de processos de RSE que as empresas apresentam, nos *stakeholders* envolvidos e no papel que as empresas ocupam como agentes sociais, preenchendo a lacuna deixada pelo governo nacional. Tais perfis parecem ser formados por meio de fatores nacionais e regionais, ao invés de fatores relacionados à indústria.

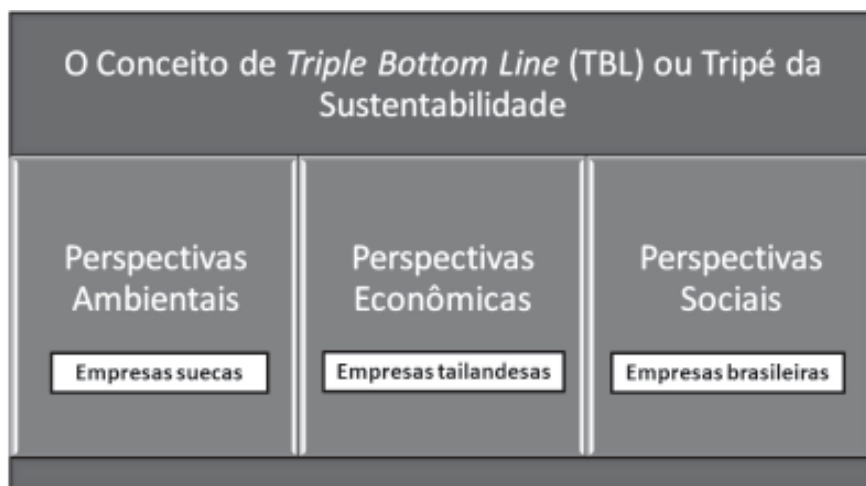
Figura 2 – Foco da RSE na Suécia, Tailândia e Brasil

Suécia: Sustentabilidade e Meio-Ambiente	Tailândia: Governança Corporativa	Brasil: Questões Sociais
<ul style="list-style-type: none"> • Foco na gestão do impacto ambiental através da cadeia de suprimentos • O conceito de sustentabilidade surge como parte da estratégia 	<ul style="list-style-type: none"> • A Governança Corporativa é apresentada como tema principal dentro do qual os processos de RSE são inseridos • Foco na conformidade com a lei 	<ul style="list-style-type: none"> • A maioria dos processos de RSE é relacionada a colaboradores e comunidade • Empresas buscam preencher a lacuna deixada pelo Governo atuando como agentes sociais

Uma segunda consideração pode ser delineada usando o conceito de *triple bottom line* (TBL) ou tripé da sustentabilidade (ELKINGTON, 1999) e considerando os mesmos perfis nacionais, mas sob um prisma diferente. A Figura 3 mostra como as empresas de construção de cada país adaptam-se às perspectivas do TBL, em termos de processos de RSE, *stakeholders* abordados e os fatores que os condicionam. A maioria das empresas aborda todas as perspectivas do TBL, mas o foco da RSE percebido quando é conduzida uma comparação entre os países leva ao posicionamento de empresas de cada país em uma das perspectivas do modelo. Isso indica que, embora a maior parte das empresas apresente uma visão ampla de RSE, há ainda diferenças na forma com que a RSE é compreendida e abordada pelas empresas. Nas empresas suecas, observa-se um foco nas perspectivas ambientais, especialmente pela concordância no cumprimento da regulamentação ambiental européia. Quanto às empresas tailandesas, enquadraram-se na perspectiva econômica, tendo em vista o foco nos elementos de governança

corporativa e *accountability*, caracterizando um enfoque voltado para resultados econômicos. Por fim, as empresas brasileiras foram enquadradas na perspectiva social, dado o fato que as atividades de RSE divulgadas pelas empresas centram-se na atuação como agente social.

Figura 3 – Relação entre o Foco de RSE de cada País e o Tripé da Sustentabilidade



Embora as diferenças identificadas entre os países tenham sido originadas, principalmente, por fatores regionais, o setor industrial emergiu como um importante fator de formação das áreas de concordância entre os países. O perfil da RSE das empresas parece ser determinado por uma mistura de fatores nos níveis regional, nacional, industrial e empresarial, criando um grupo interessante de características e oferecendo *insights* para o entendimento de como a RSE é apresentada. As diferenças em termos de abordagens de RSE e perfis nacionais são percebidas mais claramente quando países são comparados diretamente, pois quando os países são analisados em separado, a maioria das empresas parece abordar a RSE de uma forma ampla e as diferenças não se tornam tão evidentes.

A análise de resultados demonstrou que a maior parte das diferenças e semelhanças entre os países são explicadas pela revisão da literatura previamente conduzida. Contudo, já que não há estudos prévios que comparem países na América Latina, Ásia e Europa em termos de abordagens de RSE, não há base exata de comparação em termos de resultados com relação a concordâncias e discordâncias entre os países. Esta vem a ser uma das principais contribuições desta pesquisa, a partir da discussão da perspectiva de diferentes regiões do globo sobre a RSE, na tentativa de identificar padrões de abordagens de RSE, bem como os fatores que as condicionam. Além disso, este estudo somou-se aos trabalhos prévios sobre RSE numa perspectiva transnacional (AARONSON, 2002; PERRINI, 2005; SILBERHORN; WARREN, 2007; MAIGNAN; RALSTON, 2002; WELFORD, 2005; BAUGHN *et al.*, 2007), através da disponibilização de informações sobre perfis nacionais de RSE, e confirmando/contradizendo descobertas específicas prévias de tais autores.

Há, contudo, certas limitações na pesquisa. Considerando que o número de empresas da construção civil estudadas é limitado a 12, os resultados não são passíveis de generalização para todas as empresas nos três países. Os resultados, também, são limitados pela maneira com que as empresas se apresentam em termos de abordagem de RSE, já que o objetivo da pesquisa é analisar a apresentação corporativa sobre RSE e não verificar ou atestar as práticas corporativas de RSE. Assim, destaca-se a como limitação o fato de serem

pesquisados somente *websites* das empresas e materiais produzidos pelas próprias empresas, especialmente diante da complexidade do setor e do tema em análise. Contudo, entende-se que esta limitação é minimizada pelo fato do estudo focar as práticas comunicacionais, sem a pretensão de verificar a sua ocorrência ou não. Acredita-se que limitações metodológicas são inerentes à natureza desta pesquisa e não geram um impacto negativo nos resultados do estudo ou no alcance dos objetivos da pesquisa.

Uma pesquisa com o uso de métodos de pesquisa alternativos, tais como entrevistas ou questionários, poderiam vir a complementar as informações obtidas neste estudo, especialmente visando à comparação entre as práticas de RSE divulgadas e as realizadas. Além disso, análises futuras podem trazer a tona questões relativas às diferenças culturais. A existência de diferenças entre países vai contra o entendimento inicial de que por se tratar de grandes empresas com atuação internacional, as variáveis culturais tenderiam a uma homogeneização. Desta forma, optou-se em não abordar variáveis culturais, uma vez que o modelo utilizado não contemplava componentes culturais; porém, a incorporação de elementos culturais passa a ser estimulada em estudos futuros.

Nesta linha, as descobertas do presente estudo sugerem que as diferenças entre países em termos de apresentação corporativa sobre a RSE são devidas, em grande extensão, a fatores nacionais e regionais. Seria interessante realizar um estudo mais amplo incluindo empresas de outros setores nos três países, para verificar se os mesmos padrões emergem. De forma similar, aprofundar a compreensão a respeito de diferenças regionais em relação à abordagem de RSE consiste num tema de grande valia para o entendimento das ações de Responsabilidade Social Empresarial.

Referências

AARONSON, S. A. How the Europeans got a head start on policies to promote global corporate responsibility. *Corporate Environmental Strategy*, Londres, v. 9, n. 4, p. 356-367, 2002.

AUSTRADE - AUSTRALIAN GOVERNMENT TRADE. Building and construction to Thailand. *Austrade Profiled Markets*, Sidney, jan. 2009. Disponível em: <<http://www.austrade.gov.au/Building-and-construction-to-Thailand/default.aspx>>. Acesso em: 08 jan. 2009.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1977.

BARIN CRUZ, L.; BOEHE, D. M. CSR in the global market place: towards sustainable global value chains. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DOS PROGRAMAS DE PÓS GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 32., 2008, Rio de Janeiro. *Anais...*. Rio de Janeiro: ANPAD, 2008.

BAUGHN, C. C. et al. Corporate social and environmental responsibility in Asian countries and other geographical regions. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, Malden, v. 14, p. 189-205, 2007.

BERG, B. L. *Qualitative research methods for the social sciences*. Boston: Pearson Education Group, 2004.

BI-THE SWEDISH CONSTRUCTION FEDERATION. The Swedish construction sector. *Boletim Interno da The Swedish Construction Federation*, Stockholm, dez. 2009. Disponível em: <http://www.bygg.org/Files/ppt/BI_presentation-ENG.ppsx>. Acesso em: 07 mai. 2010.

BOWEN, H. R. *Social responsibilities of the businessman*. New York: Harper & Row, 1953.

BUSINESS MONITOR. Brazil Monitor. *Latin America Monitor*, Londres, v. 24, n. 7, p. 6-8, jul., 2009.

- CARLISLE, Y. M.; FAULKNER, D. O. Corporate social responsibility: a stages framework. *European Business Journal*, Bradford, v.16 n. 4, p. 143-152, oct./dec., 2004.
- CARRIERI, A. P.; SILVA, A. R. L.; PIMENTEL, T. D. O tema da proteção ambiental incorporado nos discursos da responsabilidade social corporativa. *RAC*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 1-16, 2009.
- CARROLL, A. B. A three-dimensional conceptual model of corporate performance. *Academy of Management Review*, Mississipi, v. 4, n. 4, p. 497-505, oct./dec., 1979.
- _____. The four faces of corporate citizenship. In: RICHARDSON, J. E. (Ed.). *Business ethics*. Guilford: Dushkin/McGraw-Hill, 2000. p. 198-203.
- CARROLL, A. B.; BUCHHOLTZ, A. K. *Business and society: ethics and stakeholder management*. Cincinnati: South-Western College, 2000.
- CBIC – CÂMARA BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO. 500 Grandes da Construção. *Banco de Dados da CBIC*, Belo Horizonte, jul. 2009. Disponível em: <<http://www.cbicdados.com.br/files/tabela120.xls>>. Acesso em: 07 mai. 2010.
- CRANE, A.; MATTEN, D. *Business ethics: a european perspective*. New York: Oxford University Press, 2004.
- CSR EUROPE. CSR Europe History. *Boletim interno da CSR*, Bruxelas, jan. 2010. Disponível em: <<http://www.csreurope.org/pages/en/history.html>>. Acesso em: 04 mai. 2010.
- DAHLSTRUD, A. How Corporate social responsibility is defined: an analysis of 37 definitions. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, Malden, v. 15, n. 1, p. 1-13, 2006.
- DATAMONITOR. Construction & engineering industry profile: Sweden. *Country Profile*, Londres, v. 1, s.n., p. 1-25, 2009.
- EIU-ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT. *Construction. Country Profile-Thailand*, Londres, v. 1, s.n., p. 36-37, 2009.
- ELKINGTON, J. *Cannibals with forks: the triple bottom line of 21st century business*. Oxford: Capstone, 1999.
- ESROCK, S.; LEICHTY, G. Social responsibility and corporate web pages: self-presentation or agenda setting? *Public Relations Review*, Coltons Point, v. 24, n. 3, p. 305-319, jul./sep., 1998.
- FALCK, O.; HEBLICH, S. Corporate social responsibility: doing well by doing good. *Business Horizons*, Bloomington, v. 50, p. 247-254, 2007.
- FARIA, A.; SAUERBRONN, F. A responsabilidade social é uma questão de estratégia? Uma abordagem crítica. *RAP*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 1, p. 07-33, 2008.
- FOX, T. Corporate social responsibility and development: in quest of an agenda. *Society for International Development*, Washington, v. 47 n. 3, p. 29-36, 2004.
- FREDERICK, W.C. et al. *Business and society*. New York: McGraw-Hill International, 1992.
- FREEMAN, R.E. *Strategic management: a stakeholder approach*. Boston: Pitman, 1984.
- FRESHFIELDS - FRESHFIELDS BRUCKHAUS DERINGER. The development and impact of CSR on the construction industry. *Briefing*, Milão, mai. 2006. Disponível em: <<http://www.freshfields.com/publications/pdfs/2006/16830.pdf>>. Acesso em: 04 jan. 2008.
- FRIEDMAN, M. The social responsibility of business is to increase its profits. *New York Times Magazine*, New York, v. 17, n. 6, p. 595-612, 1970.
- GLOBAL COMPACT. What is UN Global Compact. *Overview*, Nova York, ago. 2010. Disponível em: <<http://www.globalcompact.org/AboutTheGC/index.html>>. Acesso em: 04 ago. 2010.

GRAAFLAND, J.J. Collusion, reputation damage and interest in codes of conduct: the case of a Dutch construction company. *Business Ethics: A European Review*, Malden, v. 13, n. 2/3, p. 127-142, 2004.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Contas nacionais trimestrais. *Fascículo Indicadores do IBGE*, Brasília, abr. 2010a. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Contas_Nacionais_Trimestrais/Fasciculo_Indicadores_IBGE/pib-vol-val_200904caderno.zip>. Acesso em: 08 mai. 2010.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Trabalho e rendimento. *Pesquisa mensal de emprego*, Brasília, mar. 2010b. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/pme_201003tm_01.shtm>. Acesso em: 08 mai. 2010.

ILO – INTERNATIONAL LABOR ORGANIZATION. *The construction industry in the twenty first century: its image, employment prospects and skill requirements*. Geneva, 2001.

KASIKORN SECURITIES, Contractor sector. *In-dept analysis*, Phayathai, out. 2009. Disponível em: <<http://www.kasikornsecurities.com/portal/site/KSecurities/>>. Acesso em: 09 nov. 2009.

KENNY, C. Construction, corruption, and developing countries. *World Bank Policy Research*, Working paper nº 4271, 2007.

KRAISORNSUTHASINEE, S.; SWIERCZEK, F. W. Interpretations of CSR in Thai Companies. *Journal of Corporate Citizenship*, Chestnut Hill, v. 22, p. 53-65, 2006.

LANTOS, G. P. The boundaries of strategic corporate social responsibility. *Journal of Consumer Marketing*, Arvada, v. 18, n. 7, p. 595-630, 2001.

LODGE, G. C. The connection between ethics and ideology In: NATIONAL CONFERENCE ON BUSINESS ETHICS, 1., 1977, Weltham. *Proceedings...* Weltham: Bentley College, 1977.

LOZANO, J. M. *Ética y empresa*. Madrid: Editorial Trotta, 1999.

MAIGNAN, I.; RALSTON, D. Corporate social responsibility in Europe and the US: insights from businesses' self presentations. *Journal of International Business Studies*, Columbia, v. 33, n. 3, p. 497-514, may/jun., 2002.

PEINADO-VARA, E. Corporate social responsibility in Latin America. *Journal of Corporate Citizenship*, Chestnut Hill, v. 21, n. spring, p. 61-69, 2006.

PERRINI, F. Building a European portrait of corporate social responsibility reporting. *European Management Journal*, Londres, v. 23, n. 6, p. 611-627, nov./dec., 2005.

PUPPIM DE OLIVIERA, J. A. corporate citizenship in Latin America. *Journal of Corporate Citizenship*, Chestnut Hill, v. 23, n. 4, p. 29-47, 2006.

SALZMANN, O. et al. The business case for corporate sustainability: literature review and research options. *European Management Journal*, Londres, v. 23, n. 1, p. 27-36, 2005.

SASSE, C.M.; TRAHAN, R.T. Rethinking the new corporate philanthropy. *Business Horizons*, Bloomington, v. 50, s.n., p. 29-38, 2007.

SCHMIDHEINY, S. A view of corporate citizenship in Latin America. *Journal of Corporate Citizenship*, Chestnut Hill, v. 21, n. spring, p. 21-24, 2006.

SCHROEDER, J. T.; SCHROEDER, I. Responsabilidade social corporativa: limites e possibilidades. *RAE-eletrônica*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, s.p., 2004.

SCHWARTZ, M.; CARROLL, A. Corporate social responsibility: a three-domain approach. *Business Ethics Quarterly*, Delaware, v. 13, n.4, p. 503-530, 2003.

SILBERHORN, D.; WARREN, C. Defining corporate social responsibility: a view from big companies in Germany and the UK. *European Business Review*, Bradford, v. 19, n. 5, p. 252-372, sep./oct., 2007.

SNIDER, J. et al. Corporate social responsibility in the 21st century: a view from the world's most successful firms. *Journal of Business Ethics*, Dordrecht, v. 48, n. 2, p. 175-87, mar./apr., 2003.

SOARES, G. M. P. Responsabilidade social corporativa: por uma boa causa!? *RAE-eletrônica*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, s.p., 2004.

THOMAZ, J. C.; BRITO, E. P. Z. Reputação corporativa: construtos formativos e implicações para a gestão. *RAC*, Rio de Janeiro, v.14, n. 2, p. 229-250, 2010.

TOOR, S. U.; OGUNLANA, O. S. Critical COMs of success in large-scale construction projects: evidence from Thailand construction industry. *International Journal of Project Management*, Londres, v. 26, n. 4, p. 420-430, 2007.

WELFORD, R. Corporate social responsibility in Europe and Asia: critical elements and best practice. *Journal of Corporate Citizenship*, Chestnut Hill, v. 14, p. 31-47, 2004.

WENBLAD, A. Sustainability in the construction business - a case study. *Corporate Environmental Strategy*, Londres, v. 18, n. 2, p. 157-164, 2001.

WOOD, D. J. Corporate social performance revisited. *Academy of Management Review*, Mississippi, v. 16, n. 4, p. 691-718, jul./aug., 1991.

WOOD, G. et al. The ethical benefits of trust-based partnering: the example of the construction industry. *Business Ethics: A European Review*, Malden, v. 11, n. 1, p. 4-13, 2002.

Artigo recebido em 14/09/2008.

Artigo aprovado, na sua versão final, em 13/10/2010.